

A família como espelho

Malvina Muszkat*

Sarti, Cynthia Andersen. *A família como espelho*. Campinas, Editora Autores Associados, 1996.

A família como espelho, de Cynthia Sarti, nos põe em contato com a forma de pensar contemporânea de um grupo de habitantes pobres da área urbana da zona oeste da cidade de São Paulo. A partir de entrevistas com homens e mulheres, Cynthia reconstrói a dinâmica mediante a qual eles estruturam sua identidade social e constroem os seus valores.

Ao tomar a família como referência, a autora ratifica a noção de que é no espaço privado que devemos buscar as fontes de organização da cultura. É no âmbito da família que se estrutura o mundo simbólico dos indivíduos e que se estabelecem os padrões psicossociais de relacionamento, que se vão reproduzir na sociedade. Para os pobres, entretanto, a família exerce ainda uma outra função: a de eixo de referência sobre o qual os seus membros se apóiam e constroem suas relações sociais. Nesse sentido, a própria assimetria de papéis, tão criticada pela sociedade contemporânea, cumpre, neste segmento, uma função de complementação: homens, mulheres e crianças se organizam em torno da realização de projetos comuns. Mesmo que a incorporação da mulher na força de trabalho pareça incongruente ao sistema, dado que representa "o conflito entre a afirmação da individualidade e o respeito às obriga-

ções e às responsabilidades próprias dos vínculos familiares", a questão, segundo Cynthia, pouco se coloca, uma vez que "os elos de obrigações [...] devem prevalecer sobre projetos individuais", mantendo-se o "padrão tradicional de autoridade e hierarquia".

Apesar de não deixar isso claro, o texto nos permite pensar que essas práticas se mantêm como forma de superar as diferenças entre ricos e pobres. O preconceito da diferença se expressaria na relativização dos privilégios dos ricos e na criação de uma espécie de "ética do oprimido", transformando a desvantagem em valor. Em outras palavras, com a manutenção de uma ordem moral baseada na lógica das obrigações e fortemente recortada pela diferenciação de gênero, os pobres tentariam restabelecer o seu poder e a sua dignidade. Mediante o binômio família-trabalho, homens e mulheres se afirmariam como cidadãos dignos e produtivos, equiparando-se aos grupos mais favorecidos da sociedade. Enfim, pautando-se nos valores positivos de "família honesta" e "trabalhador honrado", os pobres atribuem um sentido às suas vidas numa sociedade adversa, em que a *honradez*, a *honestidade*, a *força física* e a *responsabilidade* permanecem como qualidades dos pobres, em oposição aos ricos, folgados, fracos, otários. Relativi-

* Psicanalista, diretora do Pró-Mulher, São Paulo.

za-se a pobreza restabelecendo-se a igualdade no plano moral.

A "permanência" dos valores "tradicionais" justifica-se pelo papel estruturante que estes desempenham num grupo social em que a carência de apoio por parte da esfera pública é compensada por um padrão de relações personalizadas. Trata-se de um sistema tão tenso, do ponto de vista das incongruências internas e externas, que, uma vez rompido, poderia revelar um ressentimento tão grande a ponto de promover a total de-

sestruturação de qualquer outro valor moral.

Trata-se, sem dúvida, de uma leitura rica e instigante, apesar de as críticas da autora ao sistema não serem muito claras. O livro ressent-se também de uma melhor avaliação das tensões que o sistema carrega no seu bojo, o que certamente contribuiria para evitar que um leitor desavisado encarasse o tema romanticamente e incorra na velha visão maniqueísta de que ser rico é ser imoral e de que o pobre é um exemplo de moralidade.

(Recebido para publicação em setembro de 1996).